



RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DA  
**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
IX LEGISLATURA | 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DA  
**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
IX LEGISLATURA | 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

**RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DA  
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**IX LEGISLATURA | 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)**

EDIÇÃO

Assembleia da República – Divisão de Edições

INICIATIVA

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Susana Oliveira

FOTOGRAFIA

Carlos Didelet

CONCEPÇÃO GRÁFICA

José Teófilo Duarte | Eva Monteiro [DDLX]

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Textype - Artes Gráficas, Lda.

TIRAGEM

400 exemplares

Local e data: Lisboa, Assembleia da República, Outubro de 2004

DEPÓSITO LEGAL

???????

ISBN

972-556-351-4

© Assembleia da República. Direitos reservados, nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho.

RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DA  
**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
IX LEGISLATURA | I<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA



LISBOA, 2004



Com a presente publicação, a Assembleia da República apresenta ao público em geral, nos termos do disposto no Artigo 291.º do Regimento, o seu Relatório de Actividades referente a 2002/2003 (1.ª Sessão Legislativa da IX Legislatura).

Trata-se da primeira vez que o Relatório de Actividades da Assembleia da República é publicado na forma de livro, com o que se pretende uma maior e melhor divulgação das actividades parlamentares, na linha do reforço da visibilidade do Parlamento e da dignificação da instituição parlamentar perante os cidadãos.

A Sessão Legislativa de 2002/2003, agora sintetizada no presente Relatório, foi uma sessão atípica, pela maior duração de que se revestiu — fruto da interrupção da VIII Legislatura, em Dezembro de 2001 —, mas que se traduziu, até por esse facto, numa intensa actividade parlamentar.

Seria fastidioso, nesta pequena nota de apresentação, dar conta pormenorizada do conteúdo do Relatório, mas vale a pena, ainda assim, salientar alguns dos seus aspectos mais significativos.

Na minha alocução de investidura como Presidente da Assembleia da República, em 10 de Abril de 2002, propus como programa de acção os seguintes vectores fundamentais:

- Recentrar no Parlamento o debate político;
- Abrir o Parlamento ao contacto com as entidades sociais e com os cidadãos e as cidadãs;
- Valorizar a representação da Assembleia da República no exterior.



A leitura deste Relatório confirmou-me, com agrado, a impressão que já tinha, de que a Assembleia da República, na 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da IX Legislatura, contribuiu decisivamente, com o apoio inestimável do XV Governo Constitucional, que aqui se regista, para a realização daqueles princípios de acção: ao realizar 142 reuniões plenárias, e 787 reuniões de comissão; ao efectuar 12 debates com o Primeiro-Ministro e 38 reuniões plenárias com a presença e participação de alguns Membros do Governo; ao receber 48 visitas de Chefes de Estado e de Governo e de outras Altas Individualidades e Delegações Estrangeiras; ao realizarem-se 13 visitas oficiais do Presidente da Assembleia da República, no âmbito das relações externas parlamentares, devidamente articuladas com a política externa do Estado Português; ao assegurar a participação, por Deputados, individualmente ou integrando delegações parlamentares, em 111 reuniões internacionais; ao apreciar em Plenário 18 petições; ao aprovar o novo Regimento, dando mais eficácia aos trabalhos parlamentares; ao institucionalizar a Comissão dos Presidentes das Comissões Parlamentares; ao adoptar o voto electrónico; ao melhorar e implementar a transmissão dos debates parlamentares no Canal Parlamento e na página da Internet; ao assinalar o Centenário da Sala das Sessões com relevantes iniciativas culturais.

Com a presente publicação dá-se, assim, a conhecer as numerosas iniciativas que, decerto, terão contribuído para uma nova imagem do Parlamento.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



JOÃO BOSCO MOTA AMARAL

Palácio de São Bento, 29 de Julho de 2004



## **GLOSSÁRIO**

AARNI	Assunto de Actualidade, de Relevância Nacional e Internacional
AC	Administração Central
AL	Administração Local
ALR	Assembleia Legislativa Regional
AR	Assembleia da República
BE	Bloco de Esquerda
CDS-PP	Centro Democrático e Social - Partido Popular
CE	Conselho da Europa
DR	Diário da República
GP	Grupo Parlamentar
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAOD	Período de antes da ordem do dia
PAR	Presidente da Assembleia da República
PCP	Partido Comunista Português
PEV	Partido Ecologista "Os Verdes"
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
RA	Região Autónoma
RAR	Regimento da Assembleia da República
UE	União Europeia
UEO	União da Europa Ocidental
UIP	União Interparlamentar

## ÍNDICE

<b>Composição da Assembleia da República</b>	<b>11</b>
Eleição .....	13
Composição .....	13
Mesa da Assembleia .....	14
<b>Reuniões Plenárias, da Comissão Permanente, da Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, da Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares e do Conselho de Administração</b>	<b>15</b>
<b>Composição e Actividade das Comissões Parlamentares</b>	<b>19</b>
Comissões Especializadas Permanentes .....	21
Reuniões (com Membros do Governo e outras entidades), Audiências .....	22
Subcomissões e Grupos de Trabalho .....	25
Comissões Eventuais e Comissões Eventuais de Inquérito .....	27
<b>Leis</b>	<b>29</b>
<b>Resoluções</b>	<b>35</b>
<b>Apreciações Parlamentares</b>	<b>39</b>
<b>Actividade de Orientação e Fiscalização Política</b>	<b>43</b>
Moções ao XV Governo Constitucional .....	45
Debates em Plenário com presença de Membros do Governo .....	46
Interpelações ao Governo .....	49
Requerimentos .....	50
Petições .....	52
Inquéritos Parlamentares .....	55
<b>Outras Actividades</b>	<b>57</b>
Intervenções no Período Antes da Ordem do Dia (PAOD) por Grupo Parlamentar .....	59
Declarações Políticas .....	59
Assuntos de Interesse Político Relevante .....	60
Projectos de Deliberação .....	60
Votos .....	61
<b>Relações Externas</b>	<b>63</b>
<b>Audiências do Presidente da Assembleia da República</b>	<b>69</b>
<b>Outros factos da vida parlamentar</b>	<b>73</b>





## COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

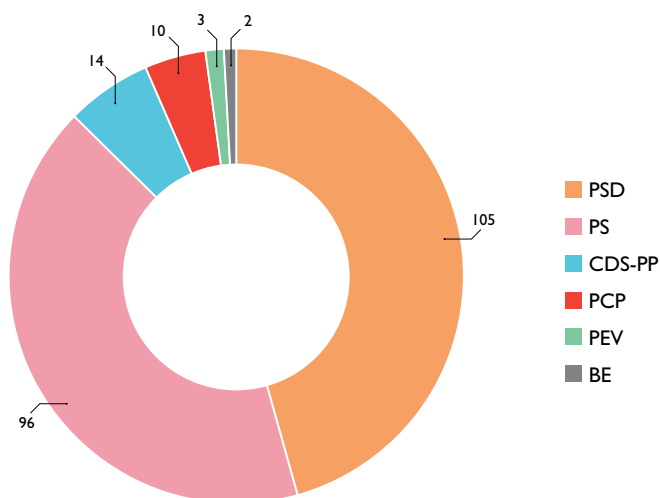


A 1.ª Sessão Legislativa da IX Legislatura teve início a 5 de Abril de 2002, após as eleições para a Assembleia da República realizadas em 17 de Março de 2002. Tendo estas eleições sido realizadas por motivo de dissolução da Assembleia da República, foi acrescido a esta Sessão Legislativa o tempo remanescente da 3.ª Sessão Legislativa da VIII Legislatura, nos termos do n.º 2 do artigo 171.º da Constituição da República Portuguesa.

Das eleições realizadas em 17 de Março de 2002 resultou a seguinte composição da Assembleia da República:

**TABELA I** COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Partidos Políticos	Deputados Eleitos			Deputados Efectivos em 15/09/2003 (Data do Termo da 1.ª Sessão)		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
<b>PSD</b>	87	18	<b>105</b>	85	20	<b>105</b>
<b>PS</b>	74	22	<b>96</b>	73	23	<b>96</b>
<b>CDS-PP</b>	13	1	<b>14</b>	13	1	<b>14</b>
<b>PCP</b>	8	2	<b>10</b>	8	2	<b>10</b>
<b>BE</b>	3	0	<b>3</b>	3	0	<b>3</b>
<b>PEV</b>	0	2	<b>2</b>	0	2	<b>2</b>
<b>TOTAL</b>	<b>185</b>	<b>45</b>	<b>230</b>	<b>182</b>	<b>48</b>	<b>230</b>

**GRÁFICO I** COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA POR GRUPO PARLAMENTAR

Ao longo da Sessão renunciaram ao mandato 4 Deputados, foram substituídos 98 Deputados e retomaram o mandato 47, alterações efectuadas de acordo com o previsto na lei.

Dos 230 Deputados eleitos, 45 foram mulheres. Em virtude do movimento de Deputados, resultou que, no final da 1.<sup>a</sup> Sessão, o número de Deputadas aumentou para 48, o que corresponde a 21% do total dos Deputados em funções.

A eleição do Presidente da Assembleia da República para a IX Legislatura teve lugar em 9 de Abril de 2002, tendo sido eleito Presidente o Deputado Mota Amaral (PSD). Procedeu-se, na mesma data, à eleição da restante Mesa, tendo sido eleitos Vice-Presidentes os Deputados Leonor Beza (PSD), Manuel Alegre (PS), Narana Coissoró (CDS-PP) e Lino de Carvalho (PCP). Foram eleitos Secretários os Deputados Duarte Pacheco (PSD), Ascenso Simões (PS), Isabel Gonçalves (CDS-PP) e Rodeia Machado (PCP) e Vice-Secretários os Deputados Manuel Oliveira (PSD), Fernando Santos Pereira (PS), Artur Coelho (PS) e Rosa Maria Albernaz (PS).



**REUNIÕES PLENÁRIAS, DA COMISSÃO  
PERMANENTE, DA CONFERÊNCIA  
DOS REPRESENTANTES DOS GRUPOS  
PARLAMENTARES, DA CONFERÊNCIA DOS  
PRESIDENTES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES  
E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**





Realizaram-se 141 reuniões plenárias na 1.ª Sessão, 3 das quais solenes (comemorações dos 28.º e 29.º aniversários do 25 de Abril e de boas vindas ao Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva).

As sessões plenárias duraram, em média, cerca de 4 horas, num total de 558 horas.

Fora do período de funcionamento efectivo da Assembleia da República, realizaram-se 5 reuniões da Comissão Permanente, composta por 35 Deputados de todos os Grupos Parlamentares. Nos termos do artigo 179.º da Constituição, a Comissão Permanente acompanhou a actividade do Governo e da Administração e vigiou o cumprimento da Constituição e das leis.

A Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, ou Conferência de Líderes, como é habitualmente referida, tem diversas competências, que decorrem dos direitos dos Grupos Parlamentares definidos na Constituição e no Regimento. Entre estas, assume especial importância o direito dos Grupos Parlamentares serem ouvidos na fixação da Ordem do Dia, conforme o disposto no artigo 180.º da Constituição. Na 1.ª Sessão, a Conferência de Líderes reuniu 60 vezes.

Durante a 1.ª Sessão foi criada a Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares que reúne com regularidade a fim de acompanhar os aspectos funcionais das actividades das Comissões, bem como avaliar as condições gerais do processo legislativo e a boa execução das leis.

O Conselho de Administração é um órgão de consulta e de gestão, constituído por um Deputado de cada Grupo Parlamentar, pela Secretária-Geral da Assembleia da República e por um representante dos funcionários parlamentares. Compete-lhe,

designadamente, elaborar a proposta de Orçamento e a Conta da Assembleia da República, as propostas relativas ao quadro de pessoal e exercer a gestão financeira da AR. Reuniu 48 vezes ao longo da 1.ª Sessão.

**TABELA 2** REUNIÕES PLENÁRIAS, DA COMISSÃO PERMANENTE, DA CONFERÊNCIA DE LÍDERES, DA CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Reuniões		N.º de Reuniões	
Plenárias	Ordinárias	138	141
	Solenes	3	
Comissão Permanente		5	
Conferência de Líderes		60	
Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares		7	
Conselho de Administração		48	
<b>TOTAL</b>		<b>261</b>	



## **COMPOSIÇÃO E ACTIVIDADE DAS COMISSÕES PARLAMENTARES**



## **Comissões Especializadas Permanentes**

O número de comissões especializadas permanentes foi fixado em 11 pelo Plenário da Assembleia da República, pela Deliberação n.º 3-PL/2002, de 8 de Maio. Pela primeira vez, foi criada uma Comissão de Execução Orçamental. Em relação a anteriores Legislaturas, as matérias de trabalho e de assuntos sociais (incluindo saúde) passaram a ser tratadas numa única comissão, o mesmo acontecendo em relação às matérias de assuntos europeus e política externa.

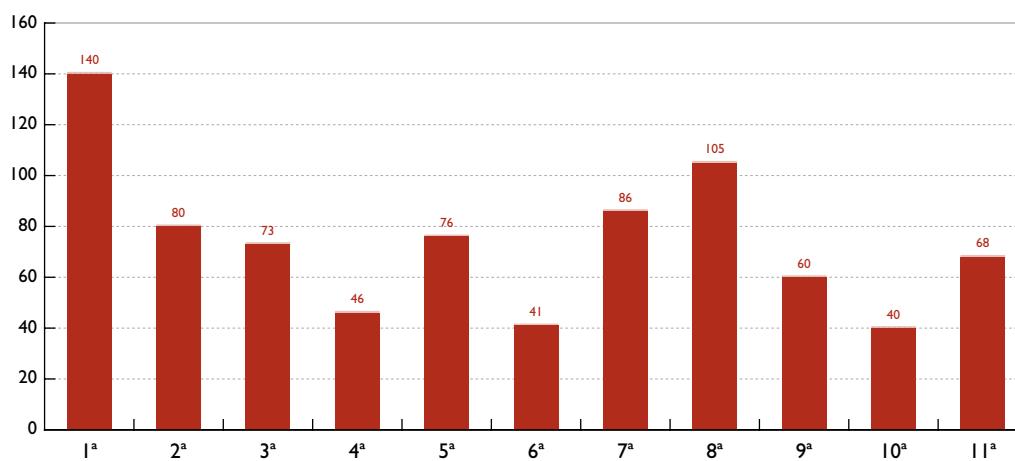
De entre as competências das comissões, avulta a análise das iniciativas legislativas, a discussão e votação das propostas de alteração que sobre elas tiverem sido apresentadas e a elaboração de textos de substituição. É também nas comissões que tem lugar, em grande parte, a audição de entidades externas e a discussão pública das iniciativas legislativas.

O número de reuniões realizadas por cada comissão consta da tabela e gráfico seguintes:

**TABELA 3** COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES | NÚMERO DE REUNIÕES POR COMISSÃO

N.º das Comissões	Comissão	N.º de Reuniões
1. <sup>a</sup>	Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	140
2. <sup>a</sup>	Assuntos Europeus e Política Externa	80
3. <sup>a</sup>	Defesa Nacional	73
4. <sup>a</sup>	Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente	46
5. <sup>a</sup>	Economia e Finanças	76
6. <sup>a</sup>	Execução Orçamental	41
7. <sup>a</sup>	Educação, Ciência e Cultura	86
8. <sup>a</sup>	Trabalho e dos Assuntos Sociais	105
9. <sup>a</sup>	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	60
10. <sup>a</sup>	Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas	40
11. <sup>a</sup>	Ética	68
<b>TOTAL</b>		<b>815</b>

**GRÁFICO 2** COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES | NÚMERO DE REUNIÕES POR COMISSÃO

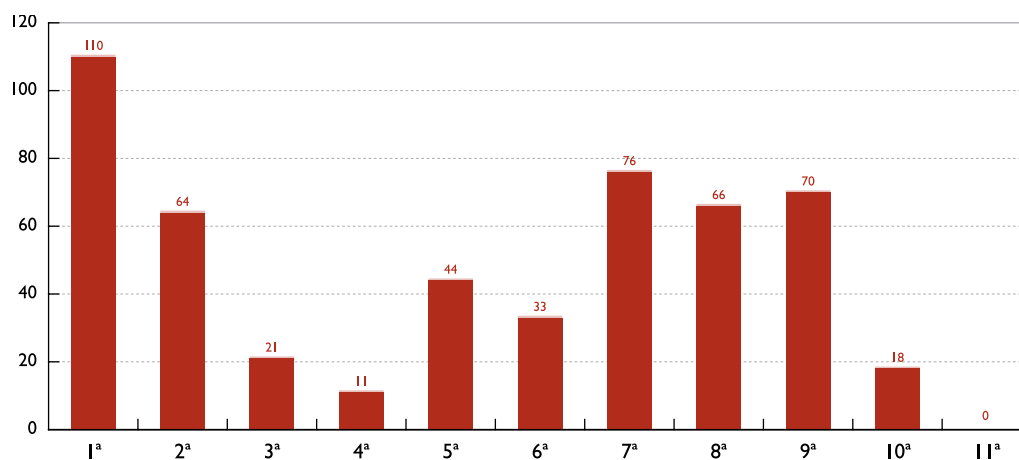


Para além das reuniões com carácter deliberativo, em que apenas os Deputados estão presentes, as comissões realizaram audições com membros do Governo ou outras entidades, constantes dos quadros seguintes:

**TABELA 4** COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES | NÚMERO DE AUDIÇÕES POR COMISSÃO

N.º das Comissões	Comissão	C/ Membros do Governo	C/ Outras Entidades	Total
1. <sup>a</sup>	Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	26	84	110
2. <sup>a</sup>	Assuntos Europeus e Política Externa	20	44	64
3. <sup>a</sup>	Defesa Nacional	5	16	21
4. <sup>a</sup>	Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente	5	6	11
5. <sup>a</sup>	Economia e Finanças	26	18	44
6. <sup>a</sup>	Execução Orçamental	25	8	33
7. <sup>a</sup>	Educação, Ciência e Cultura	24	52	76
8. <sup>a</sup>	Trabalho e dos Assuntos Sociais	10	56	66
9. <sup>a</sup>	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	15	55	70
10. <sup>a</sup>	Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas	10	8	18
11. <sup>a</sup>	Ética	0	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>166</b>	<b>347</b>	<b>513</b>

**GRÁFICO 3** COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES | NÚMERO DE AUDIÇÕES POR COMISSÃO



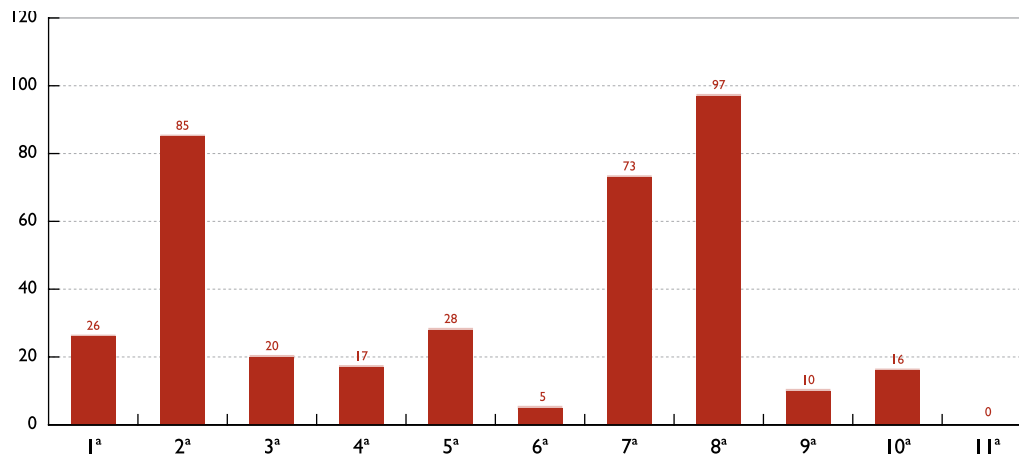


As comissões recebem anualmente muitos pedidos de audiência, quer de entidades colectivas, quer de cidadãos, a fim de exporem problemas que os afectam e solicitando a intervenção da Assembleia da República na sua solução. A maioria desses pedidos é satisfeita, concedendo as comissões a audiência solicitada. O número de audiências concedida na 1.ª Sessão consta dos quadros seguintes:

**TABELA 5** COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES | NÚMERO DE AUDIÊNCIAS POR COMISSÃO

N.º das Comissões	Comissão	Total
1.ª	Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	26
2.ª	Assuntos Europeus e Política Externa	85
3.ª	Defesa Nacional	20
4.ª	Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente	17
5.ª	Economia e Finanças	28
6.ª	Execução Orçamental	5
7.ª	Educação, Ciência e Cultura	73
8.ª	Trabalho e dos Assuntos Sociais	97
9.ª	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	10
10.ª	Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas	16
11.ª	Ética	0
<b>TOTAL</b>		<b>377</b>

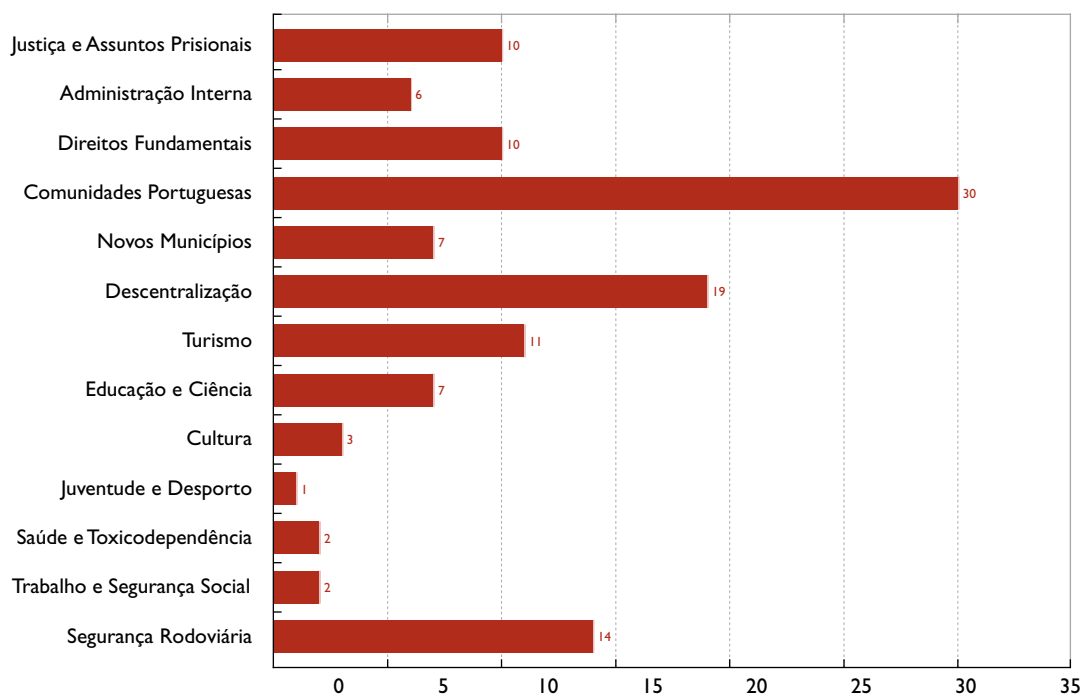
**GRÁFICO 4** COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES | NÚMERO DE AUDIÊNCIAS POR COMISSÃO



Nos termos do artigo 36.º do Regimento foram constituídas 13 subcomissões, cujo número de reuniões consta do quadro seguinte:

**TABELA 6** SUBCOMISSÕES | NÚMERO DE REUNIÕES POR SUBCOMISSÃO

<b>N.º das Comissões Especializadas Permanentes</b>	<b>Subcomissões</b>	<b>N.º de Reuniões</b>
<b>1.ª</b>	Justiça e Assuntos Prisionais	10
	Administração Interna	6
	Direitos Fundamentais e Comunicação Social	10
<b>2.ª</b>	Comunidades Portuguesas	30
<b>4.ª</b>	Criação de Novos Municípios, Freguesias, Vilas e Cidades	7
	Descentralização	19
<b>5.ª</b>	Turismo	11
	Educação e Ciência	7
<b>7.ª</b>	Cultura	3
	Juventude e Desporto	1
<b>8.ª</b>	Saúde e Toxicodependência	2
	Trabalho e Segurança Social	2
<b>9.ª</b>	Segurança Rodoviária	14
<b>TOTAL</b>		<b>122</b>

**GRÁFICO 5** SUBCOMISSÕES | NÚMERO DE REUNIÕES POR SUBCOMISSÃO

Para além das comissões permanentes, foram criadas três comissões eventuais e quatro comissões eventuais de inquérito, para além da Comissão Eventual de Verificação de Poderes, que exerceu funções até à instalação das comissões especializadas permanentes:

- Comissão Eventual para a Reforma do Sistema Político;
- Comissão Parlamentar Eventual para a Análise e Fiscalização dos Recursos Públicos envolvidos na Organização do Euro 2004;
- Comissão Parlamentar Eventual para os Incêndios Florestais;
- Comissão Eventual de Inquérito à Tragédia de Camarate;
- Comissão Eventual de Inquérito para apreciação dos actos do Governo referentes ao processo de aceitação de acções da SAD Benfica como garantia de dívidas fiscais em execução;
- Comissão Eventual de Inquérito aos actos do Governo e da Administração do Metropolitano de Lisboa, EP, relativamente às obras da nova linha sob o Terreiro do Paço em Lisboa;

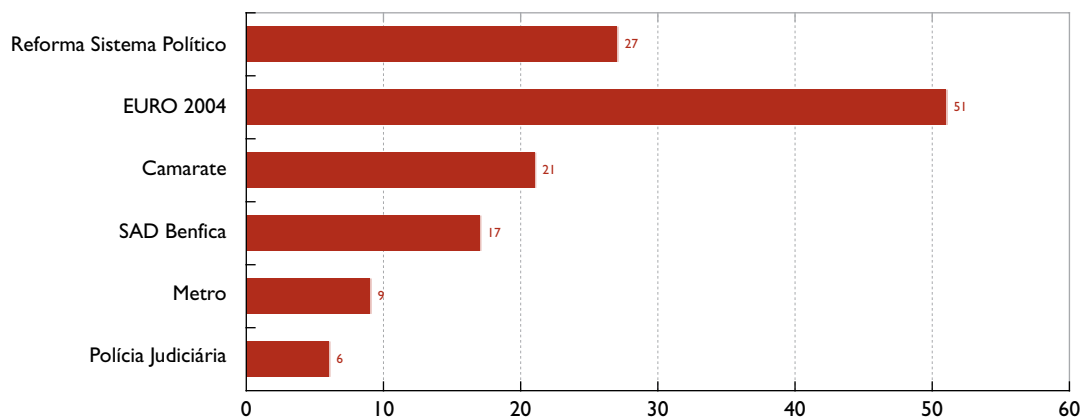
- Comissão Eventual de Inquérito aos actos do XV Governo Constitucional que levaram à demissão de responsáveis pelo combate ao crime económico, financeiro e fiscal, três meses depois da sua nomeação.

O número de reuniões efectuadas pelas comissões eventuais e eventuais de inquérito consta da tabela e gráfico seguintes:

**TABELA 7** COMISSÕES EVENTUAIS E COMISSÕES EVENTUAIS DE INQUÉRITO

Comissões		N.º de Reuniões
<b>Eventuais</b>	Reforma do Sistema Político	27
	Análise e a Fiscalização dos Recursos Públicos Envolvidos no EURO 2004	51
	Incêndios Florestais	-
<b>Eventuais de Inquérito</b>	Tragédia de Camarate	21
	Apreciação dos Actos do Governo	17
	Referência das Dívidas Fiscais da SAD Benfica	9
	Obras do Metro no Terreiro do Paço em Lisboa	6
	Demissões na Polícia Judiciária	6
<b>TOTAL</b>		<b>131</b>

**GRÁFICO 6** COMISSÕES EVENTUAIS E COMISSÕES EVENTUAIS DE INQUÉRITO







**LEIS**



Na 1.ª Sessão Legislativa deram entrada na Assembleia da República 423 iniciativas legislativas, propostas pelos Deputados, pelo Governo e pelas Assembleias Legislativas Regionais.

O quadro seguinte apresenta um resumo estatístico, por autor, da tramitação das iniciativas. Com efeito, o processo legislativo na Assembleia da República segue um processo definido regimentalmente, por forma a assegurar a transparência, a publicidade e o respeito pelas regras democráticas na aprovação das leis.

**TABELA 8** PROJECTOS E PROPOSTAS DE LEI

Iniciativas	Autor	Entrados	Discutidos Generalidade	Rejeitados Votação na Generalidade	Aprovados Votação na Generalidade	Aprovados Votação Final Global	Enviados para Promulgação	Iniciativas deram Origem a Lei	Leis
<b>Projectos de Lei</b>	PSD	44	34	0	32	31	31	30	126
	PSD/CDS	10	9	0	9	5	5	5	
	PSD/PS/CDS	1	0	0	0	0	0	0	
	PS	89	60	17	40	28	28	28	
	CDS-PP	31	15	0	15	12	12	12	
	PCP	78	37	16	16	11	11	11	
	PEV	12	8	5	3	0	0	0	
	BE	70	32	22	6	2	2	2	
	Todos	2	2	0	2	2	2	2	
	<b>Total</b>	<b>337</b>	<b>196</b>	<b>60</b>	<b>123</b>	<b>91</b>	<b>91</b>	<b>90</b>	
<b>Propostas de Lei</b>	Governo	77	67	0	67	65	65	65	
	ALR Açores	1	1	0	1	1	1	1	
	ALR Madeira	8	1	0	1	0	0	0	
	<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>69</b>	<b>0</b>	<b>69</b>	<b>66</b>	<b>66</b>	<b>66</b>	
<b>TOTAL INICIATIVAS</b>		<b>423</b>	<b>265</b>	<b>60</b>	<b>192</b>	<b>157</b>	<b>157</b>	<b>156</b>	<b>126</b>



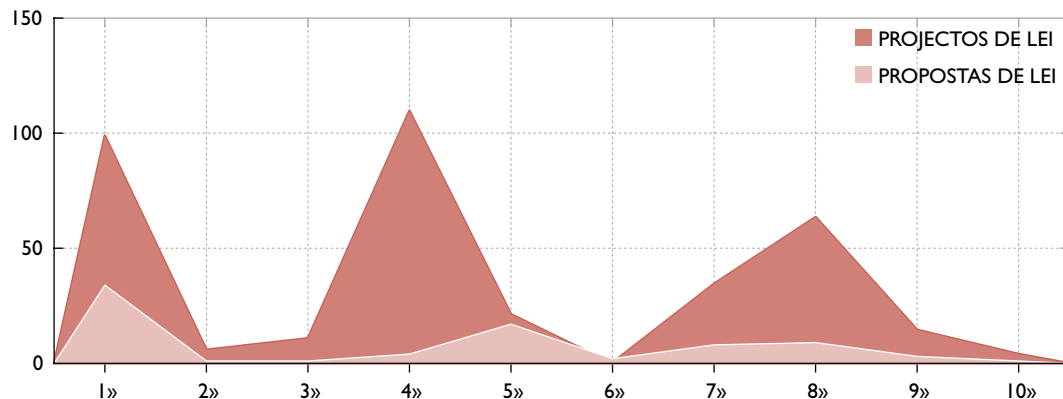
Do total de 423 iniciativas apresentadas, 156 deram origem a lei (36,9%). Apenas 126 leis foram publicadas, uma vez que várias iniciativas podem dar origem à mesma lei.

O conteúdo das iniciativas é muito diverso, mas pode ser agrupado, de modo aproximado, de acordo com as comissões a que baixou para apreciação na generalidade e na especialidade.

**TABELA 9** COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES  
NÚMERO DE INICIATIVAS DISTRIBUÍDAS E DISCUTIDAS POR COMISSÃO

Iniciativas	Fase	1. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	5. <sup>a</sup>	6. <sup>a</sup>	7. <sup>a</sup>	8. <sup>a</sup>	9. <sup>a</sup>	10. <sup>a</sup>
<b>Projectos de Lei</b>	Inicial Generalidade	<b>99</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>108</b>	<b>22</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>58</b>	<b>15</b>	<b>3</b>
	Especialidade	35	3	10	11	1	0	6	10	1	0
<b>Propostas de Lei</b>	Inicial Generalidade	<b>34</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
	Especialidade	20	1	1	2	12	1	5	7	1	0

**GRÁFICO 7** COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES



## **Número de Iniciativas Distribuídas na Generalidade por Comissão**

O número de iniciativas apreciadas em comissão na generalidade é claramente superior às iniciativas que as mesmas comissões apreciaram na especialidade. Uma das razões para que tal aconteça é a sua rejeição, na votação em Plenário, na generalidade. Contudo, devem assinalar-se outros motivos – em primeiro lugar, um número significativo de iniciativas baixa a várias comissões assim que dá entrada, por ter matéria susceptível de se enquadrar nas competências dessas mesmas comissões; já durante a apreciação e votação na especialidade, contudo, só pode baixar a uma comissão.

Por outro lado, algumas iniciativas são discutidas na especialidade em Plenário; é o caso, por exemplo, da elevação de povoações a vilas e vilas a cidades e da criação de municípios e freguesias ou alteração dos respectivos limites e designações, que ocupam de forma significativa a Comissão de Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente, na fase da generalidade.

Na 1.ª Sessão foram aprovadas 126 leis. Destas, 4 são leis orgânicas, que necessitam de maiorias específicas para serem aprovadas:

- Lei Orgânica n.º 1/2002, de 29 de Junho – Primeira alteração à Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro (Lei de Finanças das Regiões Autónomas)
- Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de Agosto – Lei da Estabilidade Orçamental – Primeira alteração à Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, segunda alteração à Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro e quinta alteração à Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto
- Lei Orgânica n.º 1/2003, de 13 de Maio – Altera a Lei de Programação Militar
- Lei Orgânica n.º 2/2003, de 22 de Agosto – Lei dos Partidos Políticos

Iniciou-se na 1.ª Sessão um processo sistemático de verificação do cumprimento da regulamentação das leis aprovadas pela Assembleia da República, nos casos em que tal se revele necessário.

Das 122 leis aprovadas (excluindo as 4 leis orgânicas), 26 tinham natureza de autorização legislativa, i.e., davam autorização ao Governo para legislar sobre determinada matéria, reservada à Assembleia da República. No final da Sessão, o Governo tinha utilizado 11 destas autorizações, encontrando-se as restantes 15 dentro do prazo concedido pela Assembleia da República.

Das restantes 96 leis, 79 não careciam ou não previam regulamentação, 4 encontravam-se regulamentadas e 11 aguardavam regulamentação.

Finalmente, as 2 leis orçamentais – Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio – Primeira alteração à Lei n.º 109-B/2001, de 27 de Dezembro (Aprova o Orçamento do Estado para 2002) e Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro – Orçamento do Estado para 2003 – continham, no conjunto das suas disposições, 8 autorizações legislativas, tendo sido utilizadas 4 destas autorizações no final da 1.ª Sessão.



## RESOLUÇÕES



O artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa define como Resolução todos os actos que não sejam leis (incluindo as leis constitucionais e as leis orgânicas) ou moções. Não é por isso de estranhar que as 115 Resoluções aprovadas pela Assembleia da República e publicadas no *Diário da República* tenham conteúdos tão diversos como a autorização de deslocações do Presidente da República, a aprovação de tratados internacionais, a aprovação da Conta Geral do Estado ou a designação de titulares de cargos exteriores à AR.

Neste último grupo, para além da eleição dos Deputados portugueses às Assembleias Parlamentares internacionais, foram eleitos membros para a Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos, a Comissão Nacional da Protecção de Dados, o Conselho de Gestão do Centro de Estudos Judiciários, o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Conselho Superior da Magistratura, o Conselho Económico e Social, o Conselho Superior do Ministério Público, a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, a Alta Autoridade para a Comunicação Social, a Comissão Nacional de Eleições, o Tribunal Constitucional, o Conselho de Opinião da RDP, o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Superior de Defesa Nacional, o Conselho Nacional de Educação e o Conselho de Estado.

TABELA 10 PROJECTOS E PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO

Iniciativas	Autor	Entrados	Rejeitados	Aprovados	Iniciativas que deram Origem a Resolução (Publicação em DR)	Resolução AR
<b>Projectos de Resolução</b>	PAR	26	0	25	25	115
	PSD	7	0	2	2	
	PSD/PS	1	0	0	0	
	PSD/CDS-PP	7	0	4	4	
	PSD/PS/CDS-PP	3	0	2	3	
	PS	25	5	5	6	
	CDS-PP	8	0	4	4	
	PCP	59	40	2	3	
	PCP/BE	1	0	0	1	
	PCP/PEV	1	1	0	0	
	PEV	12	4	2	3	
	BE	16	3	1	2	
	Todos GP	6	0	5	6	
	Comissão Assuntos Constitucionais	1	0	1	1	
	Comissão Assuntos Europeus	1	0	1	1	
	Comissão Educação	1	0	1	1	
	Comissão Reforma Sistema Político	1	0	1	1	
<b>Total</b>		<b>176</b>	<b>53</b>	<b>56</b>	<b>63</b>	
<b>Propostas de Resolução</b>	Governo	53	0	37	37	
	ALR Açores	0	0	0	0	
	ALR Madeira	0	0	0	0	
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>0</b>	<b>37</b>	<b>37</b>	
<b>Outros Processos que dão Origem a Resolução</b>	Designação de Titulares de Cargos Exteriores à AR	16	0	16	16	
	Apreciação da Conta Geral do Estado	2	0	2	2	
	Apreciação do Orçamento e Conta da AR	4	0	4	4	
	<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>0</b>	<b>22</b>	<b>22</b>	
<b>TOTAL</b>		<b>251</b>	<b>53</b>	<b>115</b>	<b>122</b>	<b>115</b>



## APRECIÇÕES PARLAMENTARES





De acordo com a Constituição (art.º 169, n.º 1) “os decretos-leis, salvo os aprovados no exercício da competência legislativa exclusiva do Governo, podem ser submetidos a apreciação da Assembleia da República, para efeitos de cessação de vigência ou de alteração, a requerimento de dez Deputados.”

Durante a 1.ª Sessão Legislativa, foram publicados 392 Decretos-lei aprovados pelo XV Governo Constitucional. Destes, 54 foram sujeitos a apreciação parlamentar, tendo sido apresentados 47 pedidos de apreciação pelo PCP, 6 pelo PS e 1 em conjunto pelo PCP e PEV. A maioria dos pedidos apresentados dirigiu-se à área da saúde, em particular à transformação de 34 hospitais do sector público administrativo em 31 sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos.

No final da Sessão Legislativa, encontravam-se caducos 49 dos pedidos de apreciação parlamentar, por terem sido rejeitadas todas as propostas de alteração neles formulados.

**TABELA II** APRECIÇÕES PARLAMENTARES

Autor	Entradas	Em Apreciação em Comissão	Caducadas	Aprovadas	Leis
<b>PSD</b>	0	0	0	0	1
<b>PS</b>	6	1	5	0	
<b>CDS-PP</b>	0	0	0	0	
<b>PCP</b>	47	0	43	1	
<b>PCP/PEV</b>	1	0	1	0	
<b>PEV</b>	0	0	0	0	
<b>BE</b>	0	0	0	0	
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>	<b>1</b>	<b>49</b>	<b>1</b>	





**ACTIVIDADE DE ORIENTAÇÃO  
E FISCALIZAÇÃO POLÍTICA**



## **Moções ao XV Governo Constitucional**

A Constituição da República Portuguesa prevê, no capítulo dedicado à responsabilização política do Governo, a possibilidade de a Assembleia aprovar moções de rejeição do programa do Governo ou de censura à sua actividade. Prevê ainda a possibilidade de o Governo solicitar a aprovação de um voto de confiança durante o debate do respectivo programa, ou sobre uma declaração de política geral, ou sobre qualquer assunto relevante de interesse nacional.

Na 1.ª Sessão Legislativa foram apresentadas duas moções de rejeição do Programa do Governo, pelo PCP e pelo BE, ambas rejeitadas. O Governo solicitou a aprovação de um voto de confiança durante o debate do respectivo Programa, que foi concedido.

Em 21 de Março de 2003, todos os partidos da oposição (PS, PCP, BE e PEV) apresentaram moções de censura ao Governo, a propósito da questão do apoio deste ao desencadear de acções militares no Iraque. O debate conjunto destas moções de censura teve lugar a 26 de Março, tendo sido rejeitadas.

## Debates em Plenário com a Presença de Membros do Governo

TABELA 12 TIPO DE DEBATE

Tipo de Debate		TOTAL
<b>Com Primeiro Ministro</b>	Estado da Nação	2
	Debate Mensal com Primeiro-Ministro (Realizado como Debate de Assunto de Actualidade, de Relevância Nacional ou Internacional até ao fim de 2002)	10
<b>Com outros Membros do Governo</b>	Assunto de Actualidade, de Relevância Nacional ou Internacional (AARNI)	11
	Debates de Urgência	8
	Intervenção Quinzenal em PAOD, a pedido do Governo	11
	Orientação da Despesa Pública	1
<b>Sessões de Perguntas ao Governo</b>	Âmbito Geral	7
	Âmbito Sectorial	3

Realizaram-se dois debates sobre o Estado da Nação, em 9 de Julho de 2002 e 3 de Julho de 2003.

A figura do debate com o Primeiro-Ministro, a realizar na primeira semana de cada mês, foi formalmente consagrada no Regimento da AR, com as alterações que entraram em vigor no início de 2003. Até essa data, os debates com o Primeiro-Ministro tinham lugar ao abrigo das alíneas 2 e 3 do artigo 76.º do Regimento – debates sobre Assuntos de Actualidade, de Relevância Nacional e Internacional.

Dos dez debates mensais assim efectuados (cinco antes da alteração regimental e cinco depois da mesma), quatro foram dedicados à situação política internacional, em particular a situação no Iraque. Outros três foram dedicados a matérias da União Europeia, em especial a Conferência Intergovernamental para revisão dos Tratados e a Revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Os restantes incidiram sobre justiça, educação e a produtividade e competitividade da economia portuguesa.

Na sequência da aprovação da Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto – Lei de Enquadramento Orçamental – realizou-se, pela primeira vez, um debate sobre a orientação da despesa pública.

Os debates com os restantes membros do Governo versaram temas muito diversos:

### **Debates sobre assuntos de actualidade, de relevância nacional ou internacional<sup>1</sup>**

- Pacto de Estabilidade e Crescimento, em 9 de Janeiro de 2003
- As reformas em curso na saúde, em 13 de Dezembro de 2002
- Sobre a ajuda humanitária a Angola, em 30 de Novembro de 2002
- A família e a escola, em 19 de Outubro de 2002
- Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável – Cimeira de Joanesburgo, em 14 de Junho de 2002
- Política de Pescas, em 14 de Junho de 2002
- Situação no Médio Oriente, em 9 de Maio de 2002
- "Alargamento da União Europeia e seus impactos", em 10 de Janeiro de 2003
- Consequências da vaga de calor, em termos de saúde pública, em 3 de Setembro de 2003
- Execução orçamental 2001, em 5 de Setembro de 2002
- Portaria n.º 555-2002, referente à imputação de lucro tributável às entidades licenciadas para operar nas zonas francas da Madeira e ilha de Santa Maria, de 4 de Setembro de 2002

### **Debates de urgência<sup>2</sup>**

- A real situação do novo Aeroporto da OTA, da iniciativa do PS, em 6 de Junho de 2002
- Política de combate à droga e à toxic dependência, da iniciativa do PCP, em 25 de Setembro de 2002
- Dotações do Fundo de Garantia da Justiça, da iniciativa do PS, em 18 de Outubro de 2002
- Gestão das áreas protegidas, da iniciativa do PSD, em 28 de Novembro de 2002

---

<sup>1</sup> Ao abrigo dos n.º 2 e n.º 3 do artigo 76.º do antigo RAR e dos n.º 2 e n.º 3 do artigo 77.º do novo RAR.

<sup>2</sup> Ao abrigo do artigo 77.º do antigo RAR e do artigo 78.º do novo RAR.



- Tratamento de resíduos industriais perigosos, da iniciativa do PS, em 6 de Fevereiro de 2003
- Sobre a "Situação na TAP", da iniciativa do PCP, em 1 de Maio de 2002
- Os institutos e laboratórios do Estado e o seu futuro, da iniciativa do PEV, em 26 de Junho de 2003
- Sobre "Política Comum de Pescas", da iniciativa do PCP, em 1 de Julho de 2003

### **Intervenção quinzenal a pedido do Governo (PAOD)<sup>3</sup>**

- Anúncio de um conjunto de diplomas que o Governo irá apresentar na presente Sessão Legislativa, em 23 de Janeiro de 2004
- Programa especial de incentivo ao emprego e reforço da protecção social dos portugueses afectados pelo desemprego, em 13 de Fevereiro de 2003
- Plano Nacional de Prevenção Rodoviária subordinado ao tema "Trânsito — Acção pela Vida", em 7 de Março de 2003
- A tributação do património, em 9 de Abril de 2003
- Anúncio à Câmara de um conjunto de medidas insertas no plano de desenvolvimento estratégico do sector do turismo, em 21 de Maio de 2003
- Proposta de reforma da Administração Pública apresentada pelo Primeiro-Ministro, em 26 de Junho de 2003
- Acordo estabelecido na reforma da política agrícola comum, em 1 de Julho de 2003
- Razões que levaram o Governo a apresentar uma proposta de lei relativa a um Orçamento rectificativo para o ano de 2002; anuncia a apresentação de várias iniciativas legislativas com vista a reformas em vários sectores, em 7 de Maio de 2003
- Informação à Câmara das iniciativas tomadas pelo Governo no sentido de apurar a verdade sobre os casos de pedofilia na Casa Pia de Lisboa divulgados pela comunicação social, em 27 de Novembro de 2002
- Reforma do Sistema Nacional de Protecção Civil, em 5 de Dezembro de 2002
- Novas opções para o audiovisual, em 18 de Dezembro de 2002

---

<sup>3</sup> Ao abrigo do n.º 2 do artigo 83.º do antigo RAR e do n.º 2 do artigo 84.º do novo RAR.

## Perguntas ao Governo

Realizaram-se dez sessões de perguntas ao Governo, sete de âmbito geral e três de âmbito sectorial, dedicadas à educação, ao ensino superior e à agricultura.

## Interpeleções ao Governo

A Constituição da República Portuguesa concede aos Grupos Parlamentares constituídos na Assembleia da República (art.º 180, n.º2) o direito de provocarem, por meio de interpeleção ao Governo, a abertura de dois debates, em cada sessão legislativa, sobre assunto de política geral ou sectorial.

Realizaram-se na 1.ª Sessão seis interpeleções ao Governo, sobre:

- A política do audiovisual e o futuro da RTP e do serviço público de televisão, em 30 de Maio de 2002, apresentada pelo BE;
- Questões da situação social e laboral dos trabalhadores, em 9 de Outubro de 2002, apresentada pelo PCP;
- Política geral, centrada na crise decorrente da acção do Governo no domínio económico e social, em 20 de Fevereiro de 2003, apresentada pelo PS;
- Ambiente, ordenamento do território e sustentabilidade do desenvolvimento, em 7 de Maio de 2003, apresentada pelo PEV;
- Política geral, centrada nas medidas necessárias para combater a estagnação e a recessão económica e as crescentes dificuldades e desigualdades sociais, em 28 de Maio de 2003, apresentada pelo PCP;
- Política geral para o ensino superior, em 11 de Junho de 2003, apresentada pelo BE.

## Requerimentos

Um dos poderes dos Deputados consagrados na Constituição da República Portuguesa (art.º 156, alínea e)) é o de “obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do seu mandato”. Sendo um poder exercido individualmente, são habitualmente formulados vários milhares de requerimentos em cada sessão legislativa.

Na organização interna da Assembleia, os requerimentos são classificados segundo a entidade a que se destinam:

AC – quando são dirigidos ao Governo;

AL – quando são dirigidos a órgãos das autarquias locais;

RA – quando são dirigidos a órgãos das Regiões Autónomas.

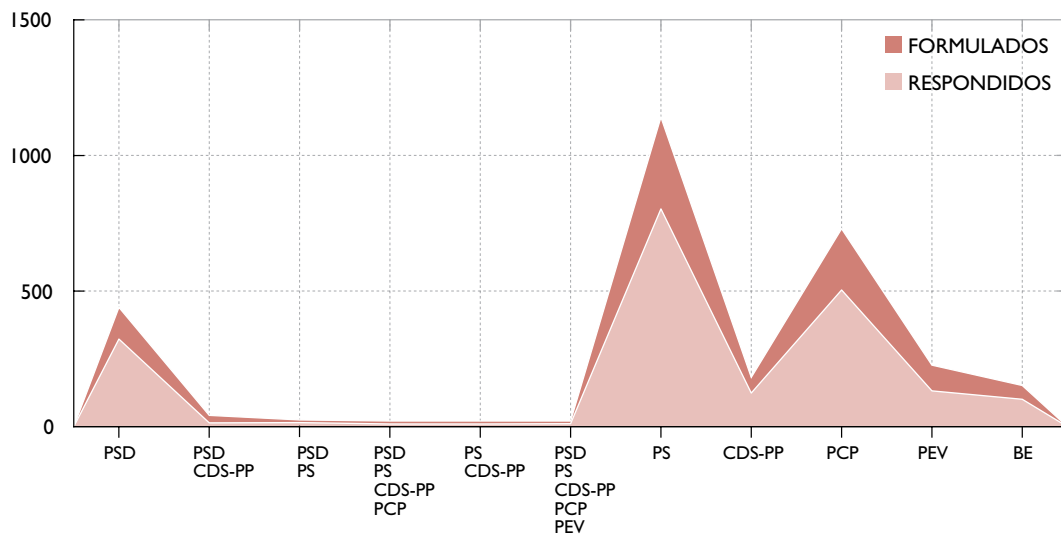
Na 1.ª Sessão Legislativa da IX Legislatura deram entrada 4571 requerimentos: cerca de 59% tiveram por destinatário a administração central e 41% a administração local. Apenas um requerimento foi endereçado à administração das Regiões Autónomas e houve um requerimento dirigido aos próprios serviços da Assembleia da República.

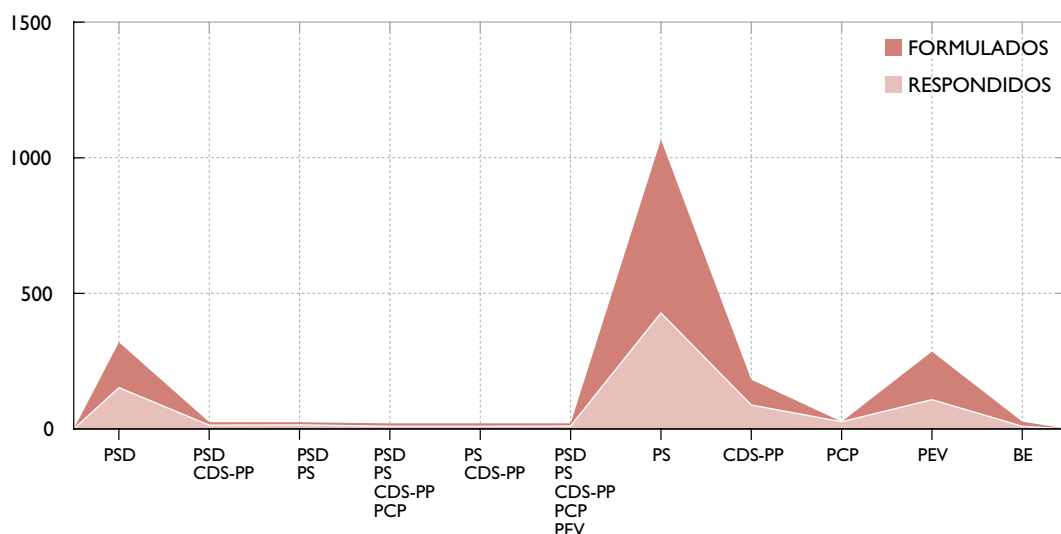
Nos termos regimentais, a entidade requerida deve responder com a urgência que a pergunta justificar. As taxas de resposta constam da tabela seguinte:

**TABELA 13** REQUERIMENTOS

Autor	Formulados			Respondidos		
	Administração Central	Administração Local	Total	Administração Central	Administração Local	Total
<b>PSD</b>	420	315	<b>735</b>	313	128	<b>441</b>
<b>PSD/CDS-PP</b>	12	0	<b>12</b>	4	0	<b>4</b>
<b>PSD/PS</b>	5	0	<b>5</b>	5	0	<b>5</b>
<b>PSD/PS/ CDS-PP/PCP</b>	1	0	<b>1</b>	0	0	<b>0</b>
<b>PS/CDS-PP</b>	1	0	<b>1</b>	0	0	<b>0</b>
<b>PSD/PS/CDS-PP/ /PCP/PEV</b>	1	0	<b>1</b>	1	0	<b>1</b>
<b>PS</b>	1121	1109	<b>2230</b>	793	444	<b>1237</b>
<b>CDS-PP</b>	162	35	<b>197</b>	114	20	<b>134</b>
<b>PCP</b>	710	1	<b>711</b>	494	1	<b>495</b>
<b>PEV</b>	207	331	<b>538</b>	122	116	<b>238</b>
<b>BE</b>	132	6	<b>138</b>	91	0	<b>91</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2772</b>	<b>1797</b>	<b>4569</b>	<b>1937</b>	<b>709</b>	<b>2646</b>

**GRÁFICO 8** REQUERIMENTOS FORMULADOS VERSUS RESPONDIDOS | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL



**GRÁFICO 9** REQUERIMENTOS FORMULADOS VERSUS RESPONDIDOS | ADMINISTRAÇÃO LOCAL

## Petições

O artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa consagra explicitamente o direito de os cidadãos apresentarem, individual ou colectivamente, aos órgãos de soberania ou a quaisquer autoridades petições, representações, reclamações ou queixas para defesa dos seus direitos, da Constituição, das leis ou do interesse geral e bem assim o direito de serem informados, em prazo razoável, sobre o resultado da respectiva apreciação.

Pela sua natureza, as petições dirigidas à Assembleia da República não caducam com o fim de uma legislatura, ao contrário do que acontece, por exemplo, com os projectos de lei.

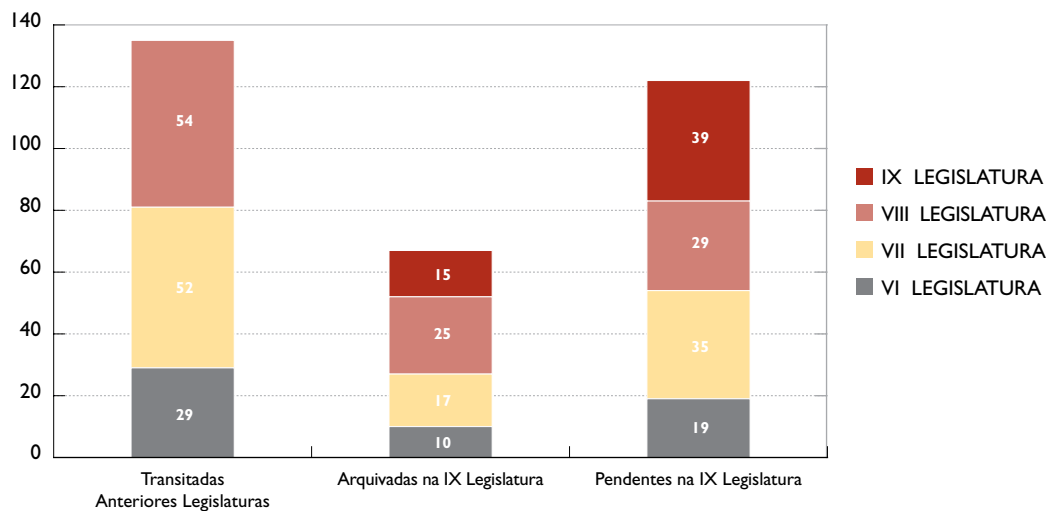
Durante a 1.ª Sessão, a lei da petição foi alterada, pela Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho, no sentido de tornar mais célere a apreciação de petições dirigidas à Assembleia da República, facilitar a sua entrega por via electrónica, reduzir o número mínimo de subscritores (de 2500 para 2000) para que uma petição seja obrigatoriamente publicada no *Diário da Assembleia da República*, entre outras.

Deram entrada, durante a 1.ª Sessão, 54 petições. Somadas às 135 petições transitadas de anteriores Legislaturas, o Parlamento apreciou 189 petições. Destas, foi concluída a apreciação de 67, que foram por isso arquivadas.

**TABELA 14** PETIÇÕES TRANSITADAS, ARQUIVADAS E PENDENTES NA IX LEGISLATURA

Legislatura em que deram entrada	Transitadas de Legislaturas Anteriores	Entradas	Arquivadas na IX Legislatura	Pendentes na IX Legislatura
<b>IX Legislatura</b>	0	54	15	39
<b>VIII Legislatura</b>	54	0	25	29
<b>VII Legislatura</b>	52	0	17	35
<b>VI Legislatura</b>	29	0	10	19
<b>TOTAL</b>	<b>135</b>	<b>54</b>	<b>67</b>	<b>122</b>

**GRÁFICO 10** PETIÇÕES TRANSITADAS, ARQUIVADAS E PENDENTES NA IX LEGISLATURA



A distribuição das petições por comissão permite avaliar os assuntos que mais afectam os peticionantes. Assim, em primeiro lugar, avultam as questões ligadas ao trabalho e assuntos sociais, seguidas pelas matérias de direitos, liberdades e garantias e defesa nacional.

**TABELA 15** PETIÇÕES ENTRADAS POR COMISSÃO NA 1.ª SESSÃO DA IX LEGISLATURA

N.º das Comissões	Comissão	Petições Apreciadas
1.ª	Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	9
2.ª	Assuntos Europeus e Política Externa	2
3.ª	Defesa Nacional	8
4.ª	Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente	5
5.ª	Economia e Finanças	3
6.ª	Execução Orçamental	0
7.ª	Educação, Ciência e Cultura	5
8.ª	Trabalho e dos Assuntos Sociais	19
9.ª	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	5
10.ª	Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas	1
11.ª	Ética	0
<b>TOTAL</b>		<b>57</b>

Foram debatidas em Plenário 18 petições, por terem reunido mais de 4,000 assinaturas ou por ter assim sido decidido em Comissão, tendo em conta a sua importância social, económica ou cultural e a gravidade da situação objecto de petição.

## **Inquéritos Parlamentares**

Foram apresentadas oito iniciativas tendo em vista a criação de comissões parlamentares de inquérito:

- Inquérito Parlamentar 1/IX — Constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate, apresentado pelo PSD e CDS-PP;
- Inquérito Parlamentar 2/IX — Constituição de uma Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à actuação governamental quanto às dívidas fiscais da SAD do Benfica, apresentado pelo BE;
- Inquérito Parlamentar 3/IX — Constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito à aceitação pelo Estado de acções da SAD Benfica como garantia de dívidas fiscais em processo de execução, apresentado pelo PCP;
- Inquérito Parlamentar 4/IX — Constituição de uma Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar aos actos do Governo e da Administração Fiscal no que respeita à aceitação de acções ou partes sociais de pessoas colectivas, como garantia ou dação em pagamento de dívidas fiscais ou à Segurança Social, desde 1996, apresentado pelo PSD e CDS-PP;
- Inquérito Parlamentar 5/IX — Apreciação dos actos do Governo referentes ao processo de aceitação pelo Estado de acções da SAD Benfica como garantia de dívidas fiscais em execução, apresentado pelo PS;
- Inquérito Parlamentar 6/IX — Constituição de uma Comissão de Inquérito Parlamentar aos actos do XV Governo Constitucional que levaram à demissão de responsáveis pelo combate ao crime económico, financeiro e fiscal três meses depois da sua nomeação, apresentado pelo PS, PCP, BE e PEV;



- Inquérito Parlamentar 7/IX — Requerimento da constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito aos actos do Governo e da Administração do Metropolitano de Lisboa, E.P., relativamente às obras da nova linha sob o Terreiro do Paço em Lisboa, apresentado pelo PSD e CDS-PP;
- Inquérito Parlamentar 8/IX — Concessão da gestão do Hospital Amadora-Sintra a uma entidade privada, à utilização dos dinheiros públicos nesta unidade e ao efectivo acompanhamento da execução do contrato, apresentado pelo PCP.

Destas, a última foi rejeitada, tendo as restantes resultado na criação de quatro comissões de inquérito, porquanto os Inquéritos Parlamentares n.<sup>os</sup> 2 a 5 resultaram na constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apreciação dos actos do Governo referentes ao processo de aceitação de acções da SAD Benfica como garantia de dívidas fiscais em execução.

A Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate ainda se encontrava em funcionamento no termo da 1.<sup>a</sup> Sessão. O resultado da actividade das restantes Comissões de Inquérito (relatórios, transcrição de actas e transcrição de depoimentos) foi publicado no *Diário da Assembleia da República*.



## **OUTRAS ACTIVIDADES**

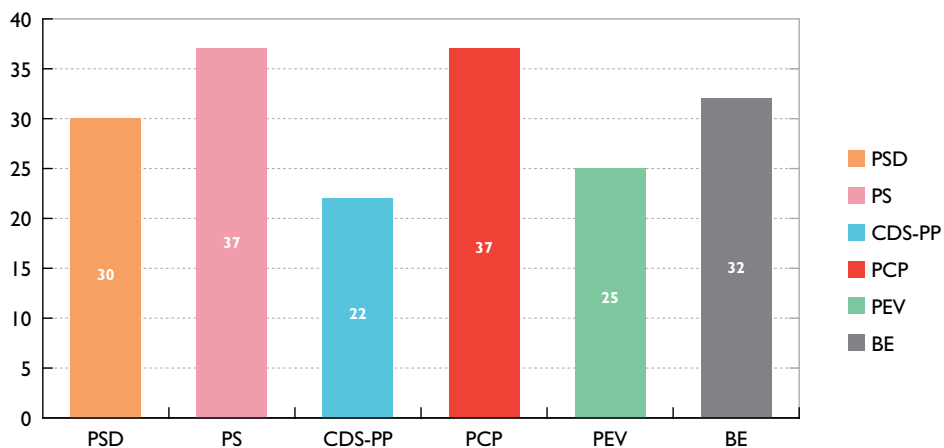


## Intervenções no Período Antes da Ordem do Dia (PAOD) por Grupo Parlamentar

### Declarações Políticas

Os Grupos Parlamentares têm direito, nos termos do artigo 75.º do Regimento, a produzir semanalmente uma declaração política, independentemente do respectivo número de Deputados que os compõe.

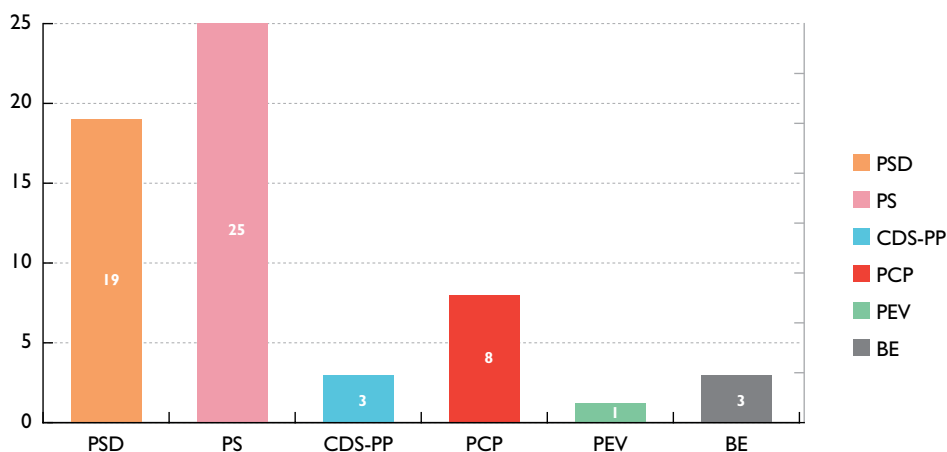
GRÁFICO II DECLARAÇÕES POLÍTICAS



## Assuntos de Interesse Político Relevante

Os Deputados podem produzir intervenções sobre assuntos de interesse político relevante, também no Período Antes da Ordem do Dia.

**GRÁFICO 12** ASSUNTOS DE INTERESSE POLÍTICO RELEVANTE



## Projectos de Deliberação

Os actos votados em Plenário da Assembleia da República que não sejam leis ou resoluções revestem a forma de deliberação. A maioria das deliberações diz respeito ao funcionamento da AR. Por exemplo, foram aprovadas deliberações relativas à constituição de comissões, à prorrogação do seu período de funcionamento efectivo, ao acesso ao Parlamento por pessoas com deficiência e à prevenção do tabagismo nos edifícios da AR. Por terem efeitos externos, três iniciativas, inicialmente apresentadas como projectos de deliberação, foram aprovadas como resoluções.

**TABELA 16** PROJECTOS DE DELIBERAÇÃO

<b>Autor</b>	<b>Entrados</b>	<b>Retirados</b>	<b>Comissão</b>	<b>Rejeitados</b>	<b>Aprovados</b>	<b>Deliberações</b>	<b>Resoluções</b>
<b>PAR</b>	8	0	0	0	6	5	1
<b>PSD</b>	1	0	0	0	0	0	0
<b>PSD/CDS-PP</b>	1	0	0	0	1	1	0
<b>PSD/PS/ /CDS-PP</b>	1	0	0	0	1	1	0
<b>PS</b>	3	1	0	0	1	0	1
<b>PS/PCP/ /BE/PEV</b>	1	0	0	0	0	0	0
<b>CDS-PP</b>	1	0	0	0	0	0	0
<b>PCP</b>	1	0	0	0	1	0	0
<b>PEV</b>	3	0	1	0	1	1	0
<b>BE</b>	2	2	0	0	0	0	0
<b>Todos GP</b>	3	0	0	0	4	2	1
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>3</b>

## Votos

Os Deputados, os Grupos Parlamentares ou a Mesa podem propor votos de congratulação, protesto, saudação ou pesar. Na 1.ª Sessão Legislativa foram propostos 77 votos, tendo sido aprovados 54. A tabela seguinte agrupa os votos apresentados por autor e por tipo:

TABELA 17 VOTOS

Tipo de Voto	Pesar e Solidariedade	Congratulação	Protesto e Condenação	Outros	Totais	Aprovados
<b>PAR</b>	6	0	3	0	<b>9</b>	6
<b>PSD</b>	3	1	1	0	<b>5</b>	4
<b>PSD/CDS-PP</b>	4	4	1	0	<b>9</b>	8
<b>PSD/CDS-PP/BE</b>	1	0	0	0	<b>1</b>	1
<b>PS</b>	7	5	4	0	<b>16</b>	9
<b>CDS-PP</b>	6	1	1	1	<b>9</b>	6
<b>PCP</b>	2	1	3	1	<b>7</b>	4
<b>BE</b>	2	0	4	0	<b>6</b>	2
<b>PEV</b>	1	0	2	0	<b>3</b>	2
<b>Todos GP</b>	4	5	1	2	<b>12</b>	12
<b>TOTAL</b>	<b>36</b>	<b>17</b>	<b>20</b>	<b>4</b>	<b>77</b>	<b>54</b>



## RELAÇÕES EXTERNAS





Sendo Portugal membro efectivo da Organização do Tratado do Atlântico Norte, do Conselho da Europa, da União Interparlamentar, da União da Europa Ocidental e da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, a Assembleia da República participa nas reuniões das Assembleias Parlamentares destas organizações. No total, as delegações parlamentares portuguesas estiveram presentes em 112 reuniões, assim distribuídas:

**TABELA 18** ACTIVIDADES DAS DELEGAÇÕES PARLAMENTARES DA AR  
ÀS ORGANIZAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS

<b>Organização</b>	<b>N.º de Reuniões</b>
<b>Assembleia do Atlântico Norte (OTAN)</b>	22
<b>Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (CE)</b>	34
<b>União Interparlamentar (UIP)</b>	8
<b>Assembleia da União da Europa Ocidental (UEO)</b>	36
<b>Assembleia da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)</b>	12
<b>TOTAL</b>	<b>112</b>

Para além das reuniões das assembleias parlamentares, os Deputados portugueses efectuaram 100 missões a países estrangeiros. Destas, 14 foram chefiadas pelo Presidente da Assembleia, que efectuou deslocações oficiais a Cabo Verde, Espanha, Hungria, Itália, Angola e Estados Unidos da América.

O Presidente participou também nas Conferências dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia (Madrid e Atenas) e na Conferência dos Presidentes dos Parlamentos das Assembleias Parlamentares Europeias (Zagreb).

Além das deslocações supramencionadas, o Presidente participou ainda no II Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa, na Cidade da Praia (Cabo Verde), na 2.<sup>a</sup> Parte da 48.<sup>a</sup> Sessão Ordinária da Assembleia Parlamentar da UEO em Paris, bem como esteve presente na Conferência Parlamentar Comemorativa do Cinquentenário do Parlamento da Índia (Nova Deli) e nos Estados Unidos da América, por ocasião das celebrações anuais do Heritage Day de Portugal (Massachussets) e por ocasião das Grandes Festas do Espírito Santo de Nova Inglaterra.

A Tabela 19 dá conta do número de visitas efectuadas à Assembleia por delegações estrangeiras, na sua grande maioria por delegações parlamentares. Realizaram-se na AR 23 reuniões nacionais, promovidas por várias Comissões e Grupos Parlamentares e também por entidades externas. Das reuniões internacionais realizadas, merecem destaque a Reunião dos Presidentes dos Parlamentos dos Países do Alargamento da UE com o Presidente do Parlamento Português e o Seminário sobre Segurança no Mediterrâneo Ocidental da Assembleia da UEO.

**TABELA 19** OUTRAS ACTIVIDADES RELEVANTES

<b>Tipo de Actividade</b>	<b>N.º de Actividades</b>
<b>Visitas de Altas Individualidades e Delegações Estrangeiras</b>	18
<b>Reuniões Nacionais realizadas na AR</b>	23
<b>Reuniões Internacionais realizadas na AR</b>	4
<b>Cooperação Parlamentar</b>	17
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>

Efectuaram-se dez cerimónias de boas-vindas a altos dignitários estrangeiros:

- Presidente da República de Cabo-Verde, Comandante Pedro Pires, em 23 de Abril de 2002
- Presidente da Assembleia da República de Moçambique, Dr. Joaquim Mulémbwè, em 28 de Maio de 2002
- Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Senhor Francisco Guterres “Lú-Olo”, em 21 de Novembro de 2002

- Presidente da Câmara dos Representantes do Congresso dos Estados Unidos, Dr. Dennis Hastert, em 11 de Dezembro de 2002
- Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República Democrática de Timor-Leste, Dr. José Ramos Horta, em 3 de Abril de 2003
- Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, Dr. Aristides Lima, em 15 de Maio de 2003
- Sua Alteza Real o Príncipe das Astúrias, em 2 de Junho de 2003
- Primeiro-Ministro da Turquia, em 2 de Julho de 2003
- Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em 10 de Julho de 2003
- Presidente da Confederação Suiça, em 2 de Setembro de 2003

Efectuaram-se ainda as seguintes cerimónias:

- Inauguração do Busto do Presidente da Assembleia Constituinte, Prof. Doutor Henrique de Barros, em 6 de Junho de 2002
- Entrega do Prémio de Direitos Humanos, em 10 de Dezembro de 2002
- Entrega do Prémio Norte-Sul, em 16 de Junho de 2003





**AUDIÊNCIAS DO PRESIDENTE  
DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**



O Senhor Presidente da Assembleia da República concedeu 290 audiências, a entidades nacionais e estrangeiras.

**TABELA 20** AUDIÊNCIAS DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

<b>Tipo de Entidade</b>	<b>N.º de Audiências</b>
<b>Entidades Nacionais</b>	165
<b>Entidades Estrangeiras</b>	125
<b>TOTAL</b>	<b>290</b>







## **OUTROS FACTOS DA VIDA PARLAMENTAR**



Foi aprovada a Lei n.º 28/2003, de 28 de Julho – Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, tendo em vista a eliminação de aspectos que prejudicavam a racionalidade na organização dos recursos disponíveis e condicionavam a eficácia do processo decisório.

Na sequência da deliberação sobre a publicação exclusivamente electrónica do *Diário da Assembleia da República*, o *Diário* n.º 146/IX/1, referente à reunião da Comissão Permanente que teve lugar em 3 de Setembro de 2003, foi o último da I Série a ser publicado em papel.

O Canal Parlamento foi profundamente reformulado: teve início, em Abril de 2003, a emissão via *Internet* do Canal (*webcast*); foram emitidas mais de 2000 horas de emissão, quer em directo, quer em diferido, em virtude da possibilidade de efectuar gravações na Sala do Senado e na Sala 7, para além da Sala das Sessões; contrataram-se dois jornalistas por forma a dinamizar o Canal.

Deram-se passos importantes na reformulação do sítio *Internet* do Parlamento, nomeadamente através da disponibilização da agenda do dia e do boletim informativo (Março de 2003) e da actividade do Presidente da Assembleia da República (Junho de 2003).

Efectuaram-se várias intervenções de conservação, restauro e melhoria do edifício sede do Parlamento – o Palácio de S. Bento. Entre estas, pelo montante envolvido e pela visibilidade das mesmas, destaca-se o início da limpeza das fachadas do palácio.

Colmatando uma falha que durava há décadas e na sequência da construção do novo edifício, foi concluída, decorada e inaugurada a residência oficial do Presidente da Assembleia da República.

Deu-se início, na Livraria Parlamentar, a um conjunto de exposições de artes plásticas. De 11 de Fevereiro até 7 de Março de 2003 esteve presente ao público uma exposição de pintura de António Colaço. No ano em que se comemoraram 80 anos sobre a data do nascimento e 10 anos sobre a data da morte de Natália Correia, esteve presente ao público, de 6 de Maio a 4 de Julho de 2003, uma exposição de pinturas, publicações e documentos de sua autoria.

No âmbito das Comemorações do Centenário da Sala das Sessões foi organizada uma exposição documental intitulada “100 Anos de Parlamento 1903-2003” que esteve em exibição no átrio da Assembleia da República, de 17 de Junho a 26 de Setembro de 2003.

Efectuou-se na Livraria Parlamentar o lançamento de livros editados pela AR, livros escritos ou prefaciados por Deputados ou livros cuja temática se relaciona com a actividade parlamentar. Assim, foram lançadas na Livraria Parlamentar as seguintes obras:

- *O Parlamento Português – uma reforma necessária* – André Freire, António de Araújo, Cristina Leston-Bandeira, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães; Co-edição AR – ICS; em 2002-09-17
- *Adesão de Portugal às Comunidades Europeias*; Co-edição Parlamento Europeu, Comissão Europeia e Assembleia da República; em 28 de Outubro de 2002
- *Crónicas do Novo Século* – Vicente Jorge Silva; Edição da Editorial Notícias; em 2002-10-29
- *Nationbuilding in East Timor* – vários autores; Edição Graça Almeida Rodrigues e Heather Wharton; em 2002-12-10
- *Não Posso ter Filhos* – Maria Cármen Júan; Editora Miosótis; em 2003-04-03
- *Reflexões sobre o Parlamento Português* – João Bosco Mota Amaral; Edição Instituto Francisco Sá Carneiro; em 2003-04-30
- *7 x Abril ou os Novos Inimigos da Liberdade* – António de Almeida Santos; Edição da Assembleia da República; em 2003-04-30
- *Estudo sobre a Acção Política Parlamentar de Francisco Pinto Cunha Leal como Deputado ao Congresso da República (1918-1926)* – Prof. Luís Farinha; Co-edição Assembleia da República; em 2003-06-02

Assegurou-se a presença da Livraria Parlamentar nas Feiras do Livro de Lisboa e Porto com *stand* próprio. A Assembleia da República participou igualmente na feira do livro manuseado e na feira do livro de Timor, organizada pelo Instituto Camões.

O Parlamento recebeu a visita de 460 grupos organizados, num total de 18 805 pessoas. Todos foram acompanhados em visita guiada pelo Palácio de S. Bento. A maioria destes grupos – 350 – teve origem em estabelecimentos de ensino, desde o 1.º ciclo à universidade. Assistiram às sessões plenárias, nas galerias destinadas ao público, 27 648 pessoas.

Na área informática, procedeu-se à alteração do sistema operativo dos servidores da AR e do programa utilizado para gestão do correio electrónico, tendo-se reforçado a capacidade da rede de transmissão de dados interna de 10 para 100 Megabits/segundo e aberta a possibilidade de acesso remoto às caixas de correio de todos os utilizadores.

No espírito de respeito pelo ambiente que tinha levado, em legislaturas anteriores, a programas de redução e reciclagem do uso de papel, a Assembleia da República adoptou um sistema de recolha selectiva de resíduos, nomeadamente papéis, embalagens, tinteiros e pilhas.







